



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

frente, nem de dar o passo necessário para que, nessa integração do Brasil a esse mundo novo, o Brasil defenda seus interesses, do seu povo, no caso dos setores sociais, e dos seus interesses nacionais, no caso dos setores econômicos.

É claro que a função do Presidente da República é uma função complexa nessa matéria toda. Eu nunca tinha refletido muito sobre isso, porque nunca me ocorreu ser Presidente da República. Depois do fato, passei a ler um pouco. E não sei nem se consola, mas esse processo é um pouco mais geral.

Nos Estados Unidos, na França, as dificuldades que os Presidentes têm são grandes, nesse momento de transformação. Por que razão? Primeiro, no nosso caso, porque o Presidente tem dupla função. Ele é Chefe de Governo e Chefe de Estado. E é difícil, muitas vezes, compatibilizar as funções. E, além do mais, como Chefe de Governo, freqüentemente, ele é chefe de partido, porque se choca – o Governador Marcello Alencar acena com a cabeça – muitas vezes o que é função de Estado e chefe de Estado, o que é função de Governo e o que é função de partido, de político. Ele é líder político, ele é Chefe de Governo, ele é Chefe do Estado e tem que desempenhar nessas várias dimensões.

Em certo momento, é preciso que o Presidente, digamos, simbolize, encarne o conjunto. E ele não pode ser chefe de partido, muitas vezes nem sequer pode ser o chefe da Administração. Tem que ser algo mais. Tem que simbolizar uma idéia do País. Tem que simbolizar um rumo, uma bandeira, se fosse possível disser assim, que fosse percebida como uma bandeira que é de todos. Difícilimo, porque os pretendentes a Chefe de Governo, de Estado e de partido vão ser contra. Vão tentar evitar que essa bandeira seja vista como uma bandeira global e vão sempre denunciar como se fosse o interesse escuso do líder político, porque ele é que é Chefe de Estado. Mas é preciso desempenhar essas funções.

Há momentos que são difíceis. Há momentos em que é preciso que o Presidente assuma a sua condição de Chefe de Estado. Os que me acompanham mais de perto, os Ministros que me acompanham mais de perto sabem disso. Por exemplo, no momento em que tive que decidir sobre a questão dos desaparecidos, tive que exercer a função de Chefe de Estado.

Tive que dizer: “Olha, aqui não tem lado, não.” A minha posição vale para todos os lados. Eu não aceito, em nome de um lado, que se prejudique o outro. Anistia é para todos. E, ao mesmo tempo, tem-se que exercer a função e dizer: “Não, isso não pode.” E as pressões vêm de todos os lados para que se atue, não como Chefe de Estado, mas como chefe de um pedaço da Nação. E o Presidente não pode fazer isso, porque, se ele fizer isso, perde a qualidade de ser o Chefe do Estado.

Isso tudo são os problemas da democracia numa sociedade de massas, em que funções que antes não eram próprias até mesmo dos Presidentes passam a ser, porque, como é uma sociedade de massas, a mídia, que acabou de sair daqui, mas já está por aí, é que traduz tudo. E, ao traduzir, *traduttore traditore*. Então, é um cuidado imenso, porque qualquer palavra pode ser vista de outro modo. E é vista de outro modo.

Os que estão mais afeitos, hoje, à vida política sabem, quando lêem o jornal: “Meu Deus, o que fizeram com o que eu disse?” E não dá nem para desmentir, porque seria um desmentido permanente. Porque não é mentira, é a apreensão do que se quer, do que se faz é que é feita por interesses fragmentados, de cada um. Não é nem dos jornais. É de cada jornalista. Ele nem tem consciência disso. Faz parte dessa mesma fragmentação da sociedade contemporânea, não é?

Se é assim, mais razão ainda para quem simboliza o todo, primeiro, não ter reações pessoais, não se vingar, não falar uma palavra mais dura – às vezes, dá vontade –, mas não dizer uma palavra mais dura, porque não é a pessoa, de pele e osso só: é o símbolo, é o que está encarnado. E isso é geral, porque, na sociedade de massas e de comunicação permanente, a interação é simbólica. São poucos os que falam. Muitos falam, mas são poucos aqueles cuja voz aparece. E esses têm que ter a responsabilidade de saber que a voz é forte e que, portanto, deve ser usada com moderação, para que, realmente, os objetivos nacionais possam ser atendidos.

Então, no campo político, nós temos muitos problemas na reorganização do Estado, na própria prática do exercício da democracia. Muitos problemas. Mas nós temos consciência deles e é preciso que se alargue essa consciência, para que possamos avançar com mais tranquilidade. E lhes confesso que o campo que mais me angustia é o social.

Durante a campanha eleitoral, usei uma expressão dizendo que o Brasil não era mais um país subdesenvolvido, era um país injusto. O que eu quis dizer com isso? Que isso tem algo a ver com o que eu mencionei no início, quando disse que nós estamos vivendo uma época de um novo Renascimento, quer dizer, o momento em que o homem – e a mulher também – tem condições de dominar com a razão, com a capacidade de mudar as coisas, a maior parte dos problemas. Antes não tinha.

Pois bem, o Brasil há 40 anos não tinha condição de ser mais justo talvez. Não tinha base, nem humana, nem de organização, nem de riqueza suficiente para enfrentar os problemas das desigualdades. Hoje nós temos.

Eu, cada vez que olho as estatísticas – ainda que se tenha, naturalmente, a cautela necessária com as estatísticas –, mais fico reafirmado nesta minha convicção. A renda do Brasil hoje, o PIB *per capita*, já é um PIB bastante elevado. Em dólar – para poder fazer comparação internacional –, em 1995, o nosso PIB *per capita* já andava por 4.482 dólares. Bem, um país – realmente não vou nominar algum – dos mais pobres, da África, tem 300, 400. A China deve ter 600, 700 – digamos que as estatísticas flutuam, porque depende de qual é a valorização do real frente ao dólar. Tudo isso é um pouco ilusório, mas, como é ilusório para todos, a comparação vale. Digamos que sejam 4.000 dólares *per capita*.

Eu me recordo de que, há muitos anos, infelizmente há muitos, eu trabalhava na Cepal–Comissão Econômica para a América Latina, com um grande economista chamado Raúl Prebisch. E lá, naquela época, nos anos 60, a nossa ambição era chegar a uma renda de 1.000 dólares *per capita*, porque, no dia que a América Latina tivesse em média 1.000 dólares *per capita*, estavam todos os problemas resolvidos. Claro que o dólar de 1960 não é o dólar de hoje, mas, digamos, 4.000 já é uma coisa expressiva; pode-se dizer o que se quiser, mas isso é um indicador razoável, porque é ...bem, 4.000 dólares *per capita*. E a projeção é que vamos chegar a 1997 com mais de 5.000 dólares *per capita*.

Não se justifica o nível de pobreza que nós temos. Não se justifica o nível de miséria absoluta que ainda há em certos setores. Não se justifica. Quer dizer, nós não podemos mais fechar os olhos a essa realidade. E

ainda lhes vou dizer uma coisa talvez mais dura ainda para mim, pelo menos: a Receita Federal, os recursos públicos, cresceram de uma maneira extraordinária. Nós hoje temos, eu não sei também, os números são muito variáveis, mas se fala em 30% do PIB, que é pago como imposto em todos os níveis, municipal, estadual e federal, que já é uma proporção razoável.

Quando eu estava no Ministério da Fazenda, me recordo que o Dr. Osiris, que era o Secretário da Receita, entrou em meu gabinete eufórico, porque num determinado mês nós tínhamos recolhido 3.800.000 dólares – contava-se em dólar na época –, 3 bilhões e 800 mil dólares num mês, só no Tesouro, fora a Previdência. Isso era recorde. Pois bem, agora nós estamos recolhendo 7 bilhões! 7 bilhões!

Há recurso. Então, já não é uma questão de dinheiro somente, é mais do que isso, é mais difícil do que isso. Temos renda *per capita* e temos recursos públicos. Eles são mal usados, são mal geridos. Nós temos pouca capacidade efetiva de chegar lá onde está o problema; a determinação que se dá lá em cima não chega à ponta da linha, tudo vai perdendo força, há desânimo em vários setores.

Então, são problemas mais complicados, porque não são problemas de dinheiro, são problemas morais, de motivação, de competência, enfim, de toda a ordem, que estão aí. Mas esses problemas, é nossa obrigação enfrentá-los. Porque, quando não há dinheiro, não há dinheiro; não há recurso, não há recurso. O que vai fazer a África sem recursos? Nada, vai precisar dos outros países. Mas não é o nosso caso. Nós temos a capacidade autônoma, endógena – senão autônoma – de gerar esses recursos e de administrá-los. É um problema, portanto, político e administrativo e é um problema, também, de nós nos entendermos sobre os objetivos nacionais, sobre o que nós queremos fazer.

Então, nessa área social, quando eu, às vezes, falo, num programa que tenho no rádio, sobre a questão de algumas minorias, sobre o trabalho assim chamado escravo, sobre prostituição infantil, meditei muito sobre se caberia ao Presidente da República falar desses temas, o que podia ser explorado. Mas nós não podemos tapar o sol com a peneira, eles existem. E não há de ser com a propaganda que se vai acabar com o problema.

Temos que enfrentar o problema. Se ele existe, vamos ter que enfrentá-lo. Como existe o problema de segurança pública.

Existem problemas, nesse campo social, e esse é o campo que mais angustia, porque, se a reorganização do Estado sabe o rumo, esse problema requer uma mobilização de energias muito maior, e ele teve um agravamento forte, porque nós tivemos uma mudança demográfica extraordinária no Brasil, um deslocamento enorme de populações do campo para a cidade, e, não nos iludamos, vai continuar. É só olhar o que aconteceu na Inglaterra, nos Estados Unidos, na França, na Alemanha, que se vê que o caminho do desenvolvimento, da industrialização é a urbanização. E as populações vêm para as cidades.

E aí temos um desafio maior. É que, no passado, quando houve esse esvaziamento do campo, a Inglaterra praticamente perdeu seu campo. Ela transformou o campo dela, no século XIX, na Argentina, na Austrália, Nova Zelândia: plantava lá longe, não na Inglaterra; e a comida vinha de fora. E com grande êxito, no caso inglês.

A França demorou mais a diminuir a população rural. Nos Estados Unidos foi drástica a diminuição. E aqui nós ainda temos uns 20 e poucos por cento no campo. Vai diminuir; faça-se o que se fizer, vai diminuir a população rural e vai aumentar a população urbana. Nós ainda temos alguma sorte, temos uma rede urbana, uma escadinha de cidades, de vários tamanhos, e já começa a haver uma volta – não é volta ao campo, é volta a outro tipo de cidades. E isso é bom, desanuvia, desafoga.

Nós aqui temos uma desvantagem: é que coincide que o grande desenvolvimento que vem pela frente é um desenvolvimento baseado numa tecnologia poupadora de mão-de-obra. E a questão do desemprego, que atazana os países europeus, ronda o mundo e não tem nada a ver com o desenvolvimento, com o crescimento econômico. Nós estamos começando a assistir a isso na minha cidade de São Paulo, esse fenômeno de como a indústria paulista é a que mais está sendo afetada pelas grandes transformações, porque ela é um pouco mais antiga que as outras – ela está agora se modernizando, está desempregando e crescendo a produção.

Os Estados Unidos, de alguma maneira, conseguiram, digamos, se vacinar um pouco contra esse problema. Eu tenho a esperança de que o Brasil também. E não é a esperança que eu queira, mas é porque o Brasil tem alguma similitude morfológica, do ponto de vista social, da estrutura social, com os Estados Unidos. É um país continental, é um país disperso, onde uma área está em desenvolvimento, a outra pode estar em decadência, tem migração, uma absorve e outra perde. Nós temos mais mobilidade do que os países europeus, do que a Espanha, por exemplo, onde foi mais dramático.

Então, nós temos essa esperança, e nós temos graus variáveis de desenvolvimento tecnológico na produção. E isso, que pode ser em absoluto complicado, em termos de emprego não é tão ruim assim. Mas nós temos que ter uma política para isso, uma política não só de apoiar os setores de ponta, mas de apoiar os setores que, embora não sendo de ponta, absorvem mão-de-obra. Mas não tenhamos dúvida de que isso vai ter um custo social. E essa questão, esse agravamento existe e me preocupa. Preocupam-me, na área social, sobretudo, os temas clássicos: saúde e educação. Isso, por qualquer indicador que se veja a situação do Brasil, em matéria de educação, é inaceitável, comparando o Brasil com outros países da América do Sul, para não falar de países com o PIB semelhante, porque isso aí é pior ainda, porque a esse nível de PIB que nós temos, PIB *per capita*, não se justifica o grau de baixa escolaridade, sobretudo na educação básica, na educação primária.

E a distorção é flagrante. Distorção porque dos gastos dos recursos federais cerca de 70% – às vezes até mais – vão para as universidades federais, quando a Constituição diz que a destinação desse recurso devia ser para a escola primária. Não é feito isso. E não existe desenvolvimento sólido, desenvolvimento sustentável, não só ecologicamente, mas sustentável socialmente, havendo concentração da educação. No Brasil, não há só concentração de renda: há uma concentração do saber, que hoje em dia é mais grave até do que a concentração de renda, porque perpetua a concentração de renda.

O instrumento fundamental para melhorar a distribuição de renda é a educação. Esse problema não pode ser mais postergado. Por sorte

para o Governo, nós encontramos rumo nessa matéria. Todo mundo diz que o problema da educação é básico. Eu não consigo fazer com que os meios de comunicação transmitam, com a força necessária, o tamanho do desafio educacional e a disposição que nós temos de enfrentá-lo. Sai em nota pequenininha. É básico mas ninguém quer saber de realmente enfrentar.

E enfrentar o problema da educação não é enfrentar o problema das universidades só, até porque as universidades, muitas delas, conseguiram concentrar conhecimentos, têm um treinamento adequado. Pelo menos há sempre alguns setores que são de excelência, e é bom que sejam. Mas é o problema da generalização da formação básica, porque isso está ligado à democracia e à distribuição de renda. Não há democracia sem informação, e não há possibilidade nem de emprego, sequer, sem um mínimo de formação.

Bem, o Congresso tem lá uma emenda, que nós enviamos, que altera a distribuição dos recursos para a área educacional, tendo em vista o privilegiamento da educação primária. Vou lhes dizer, muito rapidamente, no que consiste isso. Consiste no seguinte: nós definimos que a taxa média aceitável de gasto *per capita*, na área de educação primária, é de 300 reais por aluno, por ano. Pois bem, a taxa que as Nações Unidas preconiza é de, pelo menos, 200. Nós estamos propondo 300.

Já ouvi vários discursos no Senado, no Congresso, perdão – costume de velho Senador, só falo no Senado: mas é no Congresso –, dizendo que isso é ridículo, que é muito pouco. É porque não lêem os números, não sabem que o gasto é muito menor do que isso hoje. E nós definimos que o salário médio do professor primário tem que ser igual ao gasto médio por aluno, por mês; no caso, 300 reais. De novo, grandes reclamações: “Como é possível pagar só 300 reais?” É que não sabem que em boa parte dos nossos estados o salário é abaixo de 100 reais, é abaixo do salário mínimo, chega a ser de 40 reais, 50 reais, por professor, no conjunto do Brasil.

Então, nós estamos reorganizando a distribuição dos recursos, e o Governo Federal vai complementar, naqueles municípios que não podem chegar a esses níveis médios, para que eles cheguem a esses níveis

médios, para que eles tenham um gasto efetivo, por aluno, de 300 reais, e um salário médio, para o professor, de 300 reais. Alguns estados não vão precisar disso. Mas o problema do Brasil não são os estados que não precisam disso, são os outros estados, porque aí é que está a pobreza, é aí que está, realmente, a desigualdade mais profunda.

Nós estamos, também, distribuindo os recursos do salário-educação diretamente para as escolas: o cheque é recebido pela diretora da escola. Por que isso? Para evitar a intermediação e para evitar a utilização do recurso em outros gastos que não os da escola. E uma certa crença – é uma aposta – de que a comunidade é capaz de discernir. São poucos recursos – às vezes são 1.000 reais, 2.000 reais –, mas isso numa escola perdida no interior de um dos nossos estados mais pobres é um dinheirão. E permite que a diretora diga onde é que esse dinheiro tem que ser usado – e aí tem que ter a relação com a comunidade, com os pais de alunos. Leva tempo? Leva, mas se educa a população para compartilhar as decisões, que são fundamentais nesta área.

Nós estamos também tentando fazer com que haja avaliação das escolas. Difícil. Não consegui apoio, que o Congresso aprovasse isso até hoje. Não é avaliação do aluno. Através do aluno se vai avaliar a escola. O exame não é para reprovar o aluno: é para reprovar a escola, se for o caso. Porque há uma indústria de escolas – aí, no caso das universidades – inaceitável.

E nós queremos também dar autonomia verdadeira às universidades. Mas autonomia verdadeira não é a universidade gastar o que quer e o Tesouro pagar. A universidade tem um certo recurso e ela distribui esse recurso, mas ela assume a responsabilidade do que fazer com esse recurso e não vem pedir mais ao Tesouro, porque o Tesouro não tem.

E fizemos também um sistema de educação, um canal que, 24 horas por dia, transmite treinamento de professor primário. E já distribuimos em 45.000 escolas, aparelhos de televisão e antenas, para que possam receber essa emissão. Vai-se criticar que os programas estão ruins; mas tem que começar. Daqui a cinco anos os programas estarão bons, e os professores serão melhor treinados por esse mecanismo, que requer também monitoramento. É muito complexo.

Mas, enfim, acho que na educação tem-se um rumo. E eu quero, o ano que vem, transformá-lo no Ano da Educação, criar uma mística da educação. Isso é fundamental para nós podermos, realmente, assegurar os nossos objetivos de um país que amadurece, que quer crescer.

Na área da saúde é muito mais difícil, é muito mais caro. Os senhores viram nos Estados Unidos, agora, o Presidente Clinton não conseguir que passasse uma reforma na saúde. Os interesses do setor privado são imensos, os *lobbies* são incontáveis. E eu só quero lhes dizer que o Ministro Jatene está fazendo um esforço sobre-humano para tentar sensibilizar o Congresso e o País, em termos da questão da saúde, e que o Governo Federal dobrou o gasto com saúde.

Aproveito para lhes dar uma “pilulazinha” de como anda a questão do gasto federal, que eu vejo tantas vezes pessoas dizendo que está se desperdiçando – talvez esteja. Mas hoje, no orçamento de 1996, 65% do gasto é social, é para a área social.

O orçamento, *grosso modo*, o orçamento de 95, deve ser – os Ministros militares sabem de orçamento mais que eu, pelo menos me cobram mais do que eu –, enfim, deve ser, por aí, o seguinte: nós devemos ter um orçamento global de uns 110 bilhões de reais. Desses, com pessoal da União, que no começo do ano nós calculávamos que íamos gastar 31 bilhões, no último cálculo que eu tenho aqui, de gasto efetivo, vão ser 39 bilhões de reais.

Depois, na área de Previdência, benefícios da Previdência – esse gasto de pessoal refere-se a ativos e inativos. Diga-se, de passagem, que os inativos que, em 1989, consumiam 23% do gasto, em 1996 vão consumir 44%. Luz mais do que amarela. Nós estamos nos aproximando do colapso do sistema público brasileiro, porque daqui a pouco nós vamos gastar mais com os inativos do que com os em atividade. E a contribuição dos inativos, ou melhor, a contribuição do conjunto do setor público para os gastos previdenciários é de 15% do gasto. Ou seja, 85% das pensões são cobradas do povo, no global. Então, esses dados, eu os tenho de memória porque são questões vitais do Brasil.

Mas, enfim, os gastos previdenciários do Orçamento são de mais ou menos 30 bilhões, 30 e poucos bilhões de reais; 39 bilhões, 40 bilhões,

pessoal; 34, por aí, de previdência – portanto, é pessoal, também; 20 e tantos, transferência para Estados e municípios. Vai somando: 40 mais 30 são 70; mais 20 e pouco são 90; depois pegam 7 ou 8 para juros, 98. O que sobra para investir? 10 a 12. A gente chama de investimento, e aqui os que trabalham nas áreas produtivas sabem do sofrimento que é isso. O que é que a gente chama de investimento? É custeio, é custeio e investimento. Desse que sobra, a saúde recebe de 60 a 65% todo mês.

Quando eu estava no Ministério da Fazenda – desculpem a referência pessoal, mas é só porque eu guardo de memória –, o gasto na saúde era de 380 milhões de dólares por mês, para os convênios. Não é o conjunto da saúde: só para os convênios dos hospitais. Agora, é de cerca de 700 milhões de reais; ou seja, dobrou. Esses 700 milhões de reais correspondem a uns 65% do total disponível para a União. O resto, sei lá, 400 milhões, é para tudo: Forças Armadas, Transporte, Agricultura, Cultura, tudo. Esse é o nosso Orçamento.

Então, o esforço para resolver a questão de saúde é grande. Mas o modelo que está posto é um modelo caro. Por quê? Também não vou discutir por que está na Constituição “A saúde é direito de todos e dever do Estado”. Quem paga? Essa pequena questão é a que atormenta aqueles que têm consciência dos problemas nacionais.

Como é que se faz? De onde vem o dinheiro? Como é que se atende a isso? Não se pensa, imagina-se que já aumenta a alíquota. Mas aumentar a alíquota? Não dá mais para aumentar a alíquota de nada. O País não aceita mais aumento de impostos. Então, nós vamos ter que, na Saúde – e o Ministro Jatene está fazendo um esforço grande –, não só combater as fraudes, porque isso existe e isso tem que ser combatido. E, embora seja difícil combater, o sistema está baseado em passar recursos para o setor privado – assim é que foi definido pela Constituição –, para os hospitais conveniados.

Mas é preciso um grande esforço da saúde pública: combate às endemias, combate à dengue, combate à febre amarela, Agente Comunitário de Saúde; porque isso resolve. Agora, nós estamos fazendo com um propósito menor do que foi, por exemplo, o Projeto Rondon. Graças à ação de alguns – aí entram as Forças Armadas, aí entram o Ministério da

Educação e o Programa Comunidade Solidária sobre o qual já falei —, vamos agora em janeiro começar a mandar, não me lembro quantos, creio que 1.800 estudantes para as comunidades mais pobres, para ensinar coisas básicas, para dizer como é que se cuida de uma criança, que tem que ferver a água, coisas elementares, porque isso é que muda a mortalidade infantil. Então, isso tem que ser generalizado.

Acho que são os dois grandes desafios: como se dá educação à massa da população brasileira e como se melhora o estado sanitário básico. E isso requer saneamento básico. Nós estamos reformando o mecanismo para isso.

Quando nós insistimos tanto, como eu insisto, com os governadores, com os prefeitos, que eles têm que pagar à União, é porque isso permite à Caixa Econômica, como está permitindo, agora, recomençar a fazer programas de saneamento. Estava tudo parado por causa da inflação, por causa da grande desordem que havia. E acontece que, nessa grande desordem, quando a inflação pára, você verifica o tamanho do problema.

O Governador Marcello Alencar, certamente, nos números dele terá situação parecida com a nossa. É que agora não tem mais inflação. Quando tem inflação, dá-se um aumento de 50%, deixa correr o tempo, e a inflação acaba com esse aumento: o funcionário ganha menos, mas pensa que ganhou mais. Agora, quem ousar dar um aumento de 50% quebrará o estado, porque ninguém consegue extrair de imposto 50% a mais.

E muitos estados quebraram pelas benesses concedidas pelos Governos anteriores. Daí a gritaria que está havendo hoje, porque os estados estão recorrendo ao que se chama ARO, Antecipação de Receita Orçamentária, nos bancos privados, os quais cobram esses juros que eu digo escorchantes. E aí o estado não tem como pagar. E o Governo Federal, mais uma vez, tem que fazer a renegociação da dívida, não sei o quê, e tal. Esse é o nosso cotidiano de colocar isso em ordem.

De qualquer maneira, há esses problemas. Mas nós temos disposição de enfrentá-los, e nós vamos enfrentá-los. E há também essa idéia do chamado Comunidade Solidária, que eu queria deixar bem claro aqui mais uma vez que é o seguinte: não é um órgão burocrático, não é um fundo, não tem dinheiro, é outra coisa. É uma comissão executiva den-

tro do Governo – cuja Secretária é a Doutora Anna Maria Peliano – e um Conselho fora do Governo, da sociedade, para ajudar a definir programas, a fiscalizar e fomentar, e vai fazer com que os programas que existem nos Ministérios tenham mais eficiência.

Quais os programas? Merenda escolar, distribuição do leite, transporte para as comunidades que precisam de transporte para as escolas, para as comunidades rurais, atendimento direto de cesta básica em certas comunidades, as mais pobres, as mais pobres do Brasil.

Concentra-se aí o esforço dos Ministérios, e esse comitê do Comunidade Solidária apenas articula a ação dos vários Ministérios para ver se o orçamento está sendo cumprido. É um órgão fiscalizador, mas ele não tem dinheiro, nem é para ter. Não é criar um outro órgão para fazer benesses, embora isso tenha sido vendido muitas vezes assim. Não é isso. É para aumentar a racionalidade e chamar a atenção da sociedade para certas chagas sociais que nós temos que enfrentar.

Pois bem, além desses problemas sociais que eu mencionei, nós temos um problema dramático, que é o da segurança pública. Não é a segurança só no Rio de Janeiro, é no Brasil. E aí eu vejo com frequência cobrança de que é preciso que o Governo Federal, que as Forças Armadas... Não é por aí. A meu ver, é um trabalho também lento de moralização, de reorganização, de reconstituição, de formação de sistemas de informação. E, aí, sim, se poderia pensar na cooperação das Forças Armadas e dos vários setores da polícia brasileira. Isso é preciso aperfeiçoar. E junto com esse problema está o problema do contrabando.

É uma preocupação, sabem os Ministros militares, que é minha a de que nós temos que ter controle das nossas fronteiras. E aí também entram as Forças Armadas de uma maneira específica e apropriada, porque o espaço aéreo nacional faz parte da soberania, as costas fazem parte da soberania; e a entrada nesses setores sem nosso controle fere a soberania. Aí nós temos que ter uma ação coordenada e dura. Nós estamos tentando o Sivam – um sistema de radares para permitir o controle do espaço aéreo na Amazônia – por essa razão, se não houvesse outras, de que nós precisamos ter esse controle.